

HISTÓRIA SOCIAL E ARQUIVOS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS NOVOS USOS E APROPRIAÇÕES

Leandro Coelho de Aguiar**

Resumo: Para Hebe Castro, a história social seria uma especialidade com problemas e métodos próprios, cujo problema central seria as reflexões acerca da constituição dos atores históricos coletivos, os comportamentos e relações entre os diversos grupos que formam as estruturas sociais. Diante deste aspecto é que se pretende chamar atenção acerca das mudanças de perspectivas e apropriações dos arquivos públicos, possibilitando pensá-los enquanto instituições construídas dentro de interações políticas e relações de poder no espaço e no tempo, devendo, para além de simples depósito de prova de uma “verdade”, ser também entendidos como possíveis objetos de estudo da História.

Palavras-chave: História dos Arquivos – patrimônio documental – Escrita da história

Abstract: To Hebe Castro, the social history would be a specialty in trouble and own methods, and whose main problem would be the reflections about the constitution of collective historical actors, behaviors and relationships between the various groups that form the social structures. In the face of this is that if you want to draw attention about the change in perspective and appropriations of public files, allowing think them as an institution built within political interactions and power relations in space and time and must, in addition to simple proof of deposit a "truth", also be understood as possible objects of study of history.

Keywords: History of the Archives – Documentary heritage – Writing of the history

* Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Assistente do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas.

O ofício do historiador vem passando por inúmeros processos, que podem ser entendidos como perda - ou crise - de sua identidade para alguns, ou como um processo contínuo e natural de amadurecimento da área para outros. Fato é que esse processo histórico do próprio fazer historiográfico vem merecendo observações de importantes teóricos da área.

Cardoso e Vainfas organizaram dois importantes trabalhos na recente historiografia brasileira, *Domínio da História*¹ e *Novos domínios da História*², e que servem de referência aos estudos de teoria e metodologia da ação do historiador, possibilitando um panorama geral dos estudos e campos de investigação na história até início do século XXI. Especificamente no texto introdutório do livro de 2012, Cardoso possibilita pensar estes diferentes processos do fazer histórico ao buscar definir as modalidades básicas da epistemologia da história moderna.

Para Cardoso, é possível dividir o pensar historiográfico em três modalidades: *reconstrucionista*, *construcionista* e *desconstrucionista*. O autor ainda ressalta, primeiro, não ser possível afirmar que acham apenas estes três modelos, mas que estas seriam “modalidades básicas ou principais”. Assim como o fato de que não são excludentes, pelo contrário, “agem umas sobre as outras, podem mesclar-se até certo ponto e, em função das trocas e debates, afastam-se do que seria, em cada uma delas, um estado mais ‘puro’”³.

Fato é que essa divisão proposta por Cardoso serve como um recurso metodológico pertinente para este trabalho, ao possibilitar de forma didática, elencar e observar as principais tendências da historiografia, possibilitando assim, uma análise acerca das mudanças dos usos e apropriações das fontes documentais arquivísticas, e do próprio arquivo, enquanto local de abrigo desta documentação. Não será o foco aqui descrever pormenorizadamente cada uma destas três modalidades, mas sim, realizar um duplo trabalho, isto é, de contextualiza-los no tempo-espaço e de compreendê-los dentro da perspectiva dos novos usos e apropriações dos arquivos pela historiografia.

O reconstrucionismo, seria o princípio da história enquanto campo científico moderno. Já vinha se formando desde o século XVII e vai se consolidar no século XIX, com Ranke, denominando-se de “escola metódica”, por buscar sua profissionalização através de regras, métodos centrados na manipulação rigorosa e imparcial das fontes primárias, acreditando assim, ser possível um conhecimento verdadeiro.

Como chamou atenção Albuquerque Junior⁴, tratava-se de um período em que o “paradigma realista metafísico tenta tornar a história uma ciência da verdade exata de leis universais”⁵. Em outras palavras, através dos seus métodos científicos a história conseguia reconstruir a verdade.

Duas foram as escolas importantes deste modelo, a francesa (positivista) e a alemã (historicista), que estavam particularmente interessadas na dimensão política do fazer histórico.

Já em meados do século XIX, acontecem importantes críticas ao fazer histórico baseado no indutivismo empirista (o que seria a base do reconstrucionismo), passando a prevalecer um caráter hipotético-dedutivo ao método científico. Esse novo caráter científico, foi uma das bases da segunda modalidade explicitada por Cardoso, o *construcionismo*.

O construcionista, além de sua característica hipotético-dedutivo, possui outro princípio muito importante que o difere totalmente do reconstrutivismo, a concepção de que o sujeito cognoscente intervém ativamente no processo de construção do conhecimento por ele produzido. Em outras palavras, o historiador não só produz o conhecimento histórico, como tal produção é resultado de suas intervenções, através de seu conhecimento adquirido previamente, na delimitação dos dados e fatos utilizados enquanto fonte, resumindo, seria o “lugar social” descrito por Michel de Certeau⁶, onde tais princípios negam a ideia de “neutralidade” e “verdade histórica”.

Todavia, cabe ressaltar ao fato, como fez Cardoso, de que tal intervenção do historiador “não anula a reivindicação de objetividade quanto ao processo de conhecimento, mas sim torna necessário que se leve em conta o caráter ativo do sujeito epistêmico”⁷. Acerca desta forma de pensar, Adam Schaff tem um excelente pensamento, para quem, a história sempre será reescrita “porque os critérios de valoração dos acontecimentos passados variam com o tempo e, por conseguinte, a percepção e seleção dos fatos históricos mudam para modificar a própria imagem da história”⁸.

Inúmeras foram as tendências que compartilham desta premissa construcionista, lógico que cada uma com suas especificidades. De acordo com Pizzetti (2003) as principais seriam: as de matrizes francesas (generalizada com nome de escola dos *Annales*), as anglo-saxônicas, de inspiração marxista (*History Workshop, Labour History*), a norte-americana (*Herstory*) e a alemã (*Neue Sozialgeschichte*).

Por fim, pode-se observar a terceira e última modalidade, o desconstrutivismo – ou pós-moderna. Para Cardoso – que vê de forma crítica tal perspectiva histórica – uma

das bases desse pensamento pós-moderno vem das considerações de Friedrich Nietzsche, para quem a razão seria *vontade de poder*, onde um pensamento ou teoria não passaria de uma interpretação e escolha das coisas dentro de uma determinada realidade. Em outras palavras, Nietzsche criticava o discurso de que a razão/conhecimento não seria a única via de explicação, pois a própria razão não passa de um discurso, que só teria sentido dentro das suas lógicas racionais, abrindo assim a possibilidade de pensar que tudo é relativo.

Ter em mente esta perspectiva baseada no pensamento de Nietzsche, e outros como Foucault, Lacan e Heidegger, ajuda a compreender um dos principais percursos do modelo desconstrutivista na construção do conhecimento histórico, Hayden White, para quem o discurso histórico tem que ser visto como uma interpretação do passado construído pelo historiador, podendo variar de contexto para contexto, mas que tem como princípio ser um modo narrativo de representação. De acordo com Cardoso, a noção de discurso como padrão de significado torna-se central para a concepção de conhecimento histórico pós-moderno.

Para Albuquerque Junior, que demonstra ter um posicionamento mais aceitável do paradigma pós-moderno no fazer histórico, a base do pós-modernismo tem seu início já com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, onde,

Todas as promessas das filosofias da história do século 19, de uma história teleológica, atravessada pela razão, em direção à civilização, ao progresso, à liberdade e à fraternidade são calcificadas junto com milhares de japoneses⁹

Assim sendo, Albuquerque Junior busca relativizar toda construção historiográfica calcada no cientificismo e o racionalismo moderno, chamando atenção de que tudo não passa de narrativas e que, ao perceber tal situação, o historiador de hoje conseguirá passar a observar seus textos, não como verdade absoluta, mas como construção narrativa em um determinado lugar e tempo histórico.

Acerca destes três modelos interpretativos da prática historiográfica - *reconstrucionista*, *construcionista* e *desconstrucionista* -, cabe ressaltar que não podem ser vistos como processos evolutivos da prática historiográfica, nos quais um iria se sobrepondo ao outro até que o anterior deixasse de existir, pelo contrário, como bem chamou atenção Vainfas no texto que fecha o *Novos Domínios da História*, é bem possível que estes modelos coexistam dentro do fazer historiográfico, “por vezes de forma harmoniosa e coerente, outras vezes de maneira desconexa”, corroborando com o próprio

Cardoso, deixando a entender o caráter híbrido do que comumente chamamos de *Nova História*, “a meio caminho do construcionismo e do desconstrucionismo”¹⁰.

O objetivo de utilizar o modelo proposto por Cardoso e de chamar atenção às ponderações de Vainfas é justamente o de observar alguns dos diferentes processos de criação do fazer histórico, que em tese ajuda a compreender também a sua ligação com a concepção de documento e de fonte histórica, o que nos remete ao objetivo deste artigo, observar os arquivos - enquanto locais de guarda documental - ao longo deste processo do fazer historiográfico, já adiantando, não apenas enquanto local de guarda dos documentos, mas também, enquanto objeto de estudo.

Quando Vainfas chama atenção ao fato de que nas últimas décadas tem havido um retorno aos documentos e à pesquisa arquivística onde a ênfase do estudo recai sobre a análise da documentação que ali se encontra (não apenas pela corrente *neo-historicista*, mas também pelos próprios construcionistas através da influência mútua devido a convivência destes diferentes modelos), torna-se importante então realizar um trabalho de reflexão sobre as reais permanências e mudanças desta perspectiva metodológica do fazer historiográfico junto aos arquivos.

O próprio autor chama atenção acerca dos retornos – que alguns veem como renovação - de alguns campos tradicionais da historiografia, como é o caso da história das relações internacionais, agora mais próxima do conceito de globalização do que dos Estados nacionais; da nova história da guerra, que trabalha numa perspectiva sociocultural das batalhas e até dos conflitos contemporâneos ligados ao tempo presente; da biografia histórica, que, mesmo com fortes tendências de suas perspectivas tradicionais, acaba tendo uma forte mudança com os estudos biográficos; e da nova história política, deixando de lado as narrativas tradicionais e se aproximando da ciência política.

Fato é que estes retornos não ficaram segregados ao campo do debate historiográfico, mas também se ampliaram naturalmente para os dilemas metodológicos dos usos dos documentos “tradicionais” e dos arquivos. Acerca do pensamento dos historiadores do início do século XX sobre o uso e da importância dos documentos para a história, o trecho a seguir, retirado de um dos primeiros manuais didáticos sobre estudos históricos do Brasil, consegue sintetizar bem o pensamento da época:

A História se faz com documentos. Documentos são trações que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. Entre os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis ... [...]. Por falta de

documentos, a História de enormes períodos do passado da humanidade ficará sempre desconhecida. Porque nada supre os documentos: onde não há documentos não há História¹¹.

Este modo de pensar do século XIX e início do XX está centrado em dois paradigmas fundamentais na época: “a História como a ciência da reconstituição do passado e o documento impresso e/ou manuscrito como a fonte fidedigna, inquestionável, das informações obtidas”. Uma visão baseada na perspectiva cientificista que era a base do pensamento positivista e historicista (ou do modelo Reconstrucionista, descrito por Cardoso), onde “iniciava-se o trabalho pela pesquisa nos arquivos **em busca da verdade** propriamente dita, que emergiria impoluta dos documentos consultados”¹².

O século XX marcou uma profunda alteração social, principalmente com os avanços tecnológicos e questionamentos dos resultados das duas guerras mundiais. Pizzetti¹³ chama atenção ao fato de que no pós-guerra pairou-se sobre a sociedade a crise do “positivismo comtiano ou spenceriano que seguramente suportava a ideia de uma evolução progressiva da humanidade”, onde a crise destes grandes paradigmas evolucionista provocou o fim da “idade da fé no progresso humano”, dando início “a era do pensamento frágil”¹⁴.

Um período de efervescência social que refletiu no próprio fazer histórico, onde “ninguém se atrevia mais a escrever história universal”¹⁵, dando abertura ao surgimento do que Cardoso chamou de modelo construcionista, tanto nas práticas científicas quanto nas suas práticas metodológicas, principalmente com o aumento da produção de informação e de tipos de documentos, possibilitando assim novos questionamentos dos historiadores. Esta nova característica do fazer histórico possibilitou a realização de importantes reflexões também acerca do conceito de “documento histórico” e assim o próprio papel dos arquivos.

Duas coisas tornam-se necessário dizer. Em primeiro lugar, que o modelo desconstrucionista, como exposto por Cardoso, foi realmente importante dentro de uma perspectiva mais teórica de pensar o fazer historiográfico, mas que, como chamou atenção Vainfas, pouco influenciou nas práticas de pesquisa no fazer histórico. Em segundo lugar, que seguindo esta compreensão acima mencionada, justifica-se então que o modelo desconstrutivista acaba influenciando pouco nesta análise acerca das novas possibilidades e apropriações dos arquivos pela historiografia. Pois o foco acabou sendo a comparação entre a visão da historiografia tradicional e a nova história social, que se aproxima com o modelo construcionista proposto por Cardoso.

O próprio conceito de história social passou por transformações e mudanças de sentido ao longo das práticas e modelos historiográficas. Eric Hobsbawm apresenta um modelo explicativo do entendimento da expressão história social pela historiografia até fins do século XX, dividindo em três períodos históricos¹⁶.

Entre 1930 e 1940, com foco nos costumes e tradições nacionais e muito ligado ao modelo reconstrucionista rankiano da história política tradicional. Dentro deste momento começou também a se despontar aquilo que se chamou escola dos Annales que se deslocava para uma “história econômica social”, que, mesmo dando ênfase para seu viés econômico, o social se encontrava presente e servia de oposição à historiografia tradicional.

Entre 1950 e 1960, a história social, fortemente influenciada pelos Annales da primeira geração, já enquanto especialidade se encontrava forte dentro de uma nova postura historiográfica. Dentro de uma concepção estruturalista, ligada a antropologia de Lévi-Strauss, cresceu dentro o fazer historiográfico campos como história econômica, demográfica, e das mentalidades enquanto possibilidade de compreender problemas e questões sociais da época.

Por fim, no pós-1970, onde a crise do estruturalismo e a expansão do entendimento de que as realidades sociais não são possíveis de serem explicados em modelos preestabelecidos, a história social passou, com forte influência da antropologia cultural, a buscar responder às novas questões com ênfase na construção de identidades e relações sociais, principalmente das “pessoas comuns”, criando assim uma fragmentação de temas e objetos dos estudos históricos.

Uma importante definição de história social é proposta por Castro, sob a égide de Ernest Labrousse, para quem a história social seria uma especialidade com problemas e métodos próprios, cujo problema central se volta para as reflexões acerca da constituição dos atores históricos coletivos, os comportamentos e relações entre os diversos grupos que formam as estruturas sociais. Todas estas mudanças na forma de pensar o fazer histórico, agora pautado na história social, possibilitou significativas mudanças e aberturas de temas, objetos e fontes.

Para Falcon¹⁷ uma importante vertente desta *nouvelle histoire* seria a temática ligada a concepção de poder, ou poderes, os saberes enquanto poderes e as instituições enquanto prática de poderes. Sem sombra de dúvida, Foucault foi um dos maiores expoentes do estudo deste novo objeto, que, podendo se transpor tanto para uma nova história política quanto para a história social, teve sua obra *Microfísica do poder* sendo

um dos marcos do pensar o poder enquanto objeto de estudo, ao pensar as múltiplas possibilidades das relações dos poderes em lugares cotidianos, como família, escola, prisão, hospital, fábrica e, puxando para o objeto deste artigo, as instituições, mais especificamente os arquivos públicos estaduais.

Outra possibilidade nesta nova história seria, como descreveu Ana Canas Delgado Martins¹⁸, o estudo da história administrativa institucional e mais especificamente a história das práticas e instituições arquivísticas. A autora, que esteve no Brasil em 1997 integrando uma missão técnica de arquivistas e historiadores portugueses com objetivo de “identificar a documentação criada por órgãos da administração central no período colonial, existentes em instituições brasileiras”, centrando naquele primeiro momento na documentação que veio para o Brasil com a Corte portuguesa em 1808 e aqui permaneceu. Tal pesquisa documental foi a base de sua tese em Portugal, a qual virou livro¹⁹.

Dentre as várias dificuldades encontradas pela missão portuguesa nos arquivos do Brasil, Martins chama atenção o fato da existência de lacunas “deixada pela ausência de história custodial e arquivística bem como da história administrativa e biográfica dos organismos e dos indivíduos ou famílias, o que não permite a total reconstituição das séries documentais”²⁰. A autora cita José Honório Rodrigues, historiador e presidente do Arquivo Nacional do Brasil entre 1958 a 1964, para quem tais “ausências” e limitações são provocadas devidas “à profunda indiferença pelos arquivos em ambos os lados do Atlântico”²¹.

Como foi apresentado inicialmente, este artigo tem como objetivo refletir algumas considerações acerca das novas possibilidades de apropriações dos arquivos, enquanto lugar de guarda dos documentos, pela historiografia contemporânea, principalmente na história social.

Inicialmente buscou-se observar as mudanças do próprio pensar e fazer historiográfico ao longo da modernidade, em decorrência dos próprios questionamentos da sociedade. Tais mudanças de paradigmas sociais influenciaram não apenas o pensar historiográfico como também suas práticas e metodologias, no estudo em questão, dos usos e apropriações dos arquivos pela historiografia.

Assim sendo, pode ser observado que os arquivos, enquanto lugar de guarda de documentos que corroboram uma ação e que se transformam, aos olhos dos historiadores, possíveis fontes de pesquisa para suas indagações, também se coloca como possível objeto de estudo por este historiador na atual historiografia, deixando o estigma de um

lugar de guarda da verdade, para serem analisados e refletidos enquanto instituição e objeto dentro de um processo de formação social.

Por fim, buscou chamar atenção para duas possibilidades de apropriações dos arquivos enquanto objeto de estudo. Primeiro dentro de uma perspectiva das relações de poderes na construção da própria sociedade. Em segundo lugar, da perspectiva da própria análise crítica e reflexiva, das estruturas e dos documentos guardados pelos mesmos, numa tentativa de explicar possíveis escolhas e ausências dos seus acervos.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- 2 CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- 3 CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 3.
- 4 ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. In: Albuquerque Junior, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007, p. 53-65.
- 5 ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. In: Albuquerque Junior, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007, p. 54.
- 6 Certeau, Michel de. Operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17- 48.
- 7 CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 5
- 8 SCHAFF, 1974, p. 326, *apud* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 8.
- 9 ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. In: Albuquerque Junior, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007, p. 56.
- 10 Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 320.
- 11 SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & Documento e Metodologia de pesquisa*. – 2º ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 16-17.
- 12 SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & Documento e Metodologia de pesquisa*. – 2º ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 16-17. p. 16. (Destaque em negrito nosso).
- 13 PIZETTI, Silvia. Os fundamentos epistemológicos e metodológicos do conhecimento histórico. Algumas reflexões entre passado e futuro. *Revista História Social*, n. 10, 2003, p. 25.
- 14 PIZETTI, Silvia. Os fundamentos epistemológicos e metodológicos do conhecimento histórico. Algumas reflexões entre passado e futuro. *Revista História Social*, n. 10, 2003, p. 25.
- 15 PIZETTI, Silvia. Os fundamentos epistemológicos e metodológicos do conhecimento histórico. Algumas reflexões entre passado e futuro. *Revista História Social*, n. 10, 2003, p. 25.
- 16 CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-60.
- 17 FALCON, Francisco. História e Poder. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-90.
- 18 MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos: d. João VI no Brasil*. Lisboa: Torre do Tombo / Ministério da Cultura (Portugal), 2006.
- 19 MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos: d. João VI no Brasil*. Lisboa: Torre do Tombo / Ministério da Cultura (Portugal), 2006. Introdução.
- 20 MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos: d. João VI no Brasil*. Lisboa: Torre do Tombo / Ministério da Cultura (Portugal), 2006. Introdução.
- 21 MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos: d. João VI no Brasil*. Lisboa: Torre do Tombo / Ministério da Cultura (Portugal), 2006. Introdução.

Recebido em: 19/02/2016

Aprovado em: 07/07/2016